

Sumário

Apresentação.....	1
Sobre o problema de pesquisa e sua delimitação	1
Metodologia de Investigação	5
Métodos e técnicas de pesquisa: pesquisa jurisprudencial	7
Capítulo I – Pergunta, síntese do capítulo e metodologia:	11
Capítulo II – Pergunta, síntese do capítulo e metodologia:	12
Capítulo III – Pergunta, síntese do capítulo e metodologia:	14
Capítulo IV – Pergunta, síntese do capítulo e metodologia:	16
1. A Trajetória do Conceito do Direito à Saúde no Brasil: da Constituição à Judicialização	19
1.1 Origem e consolidação do conceito do direito à saúde: uma evolução normativo-institucional via constituição federal de 1988	23
1.1.1 O Conceito Internacional do Direito à Saúde	24
1.1.2 O Direito à Saúde no Brasil: a importância da redemocratização e do movimento da reforma sanitária para a formação do Sistema Único de Saúde (SUS)	28
1.1.3 A Constitucionalização do Direito à Saúde no Brasil	33
1.2 As quatro fases de decisão do supremo tribunal federal em relação ao direito à saúde no Brasil: o conceito judicializado	38
1.2.1 Justificativas para o Estudo da Judicialização da Saúde no Brasil	38
1.2.2 Do Conceito de Judicialização	40

1.2.3 As fases de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Judicialização da Saúde no Brasil: construindo um conceito judicializado de direito à saúde	44
1.2.3.1 1ª Fase de Decisão do Supremo Tribunal Federal: Não-Ativismo.....	46
1.2.3.2 2ª Fase de Decisão do Supremo Tribunal Federal: Absolutização da Saúde.....	48
1.2.3.3 3ª Fase de Decisão do Supremo Tribunal Federal – O Custo dos Direitos: Reserva do Possível x Mínimo Existencial	55
1.2.3.4 4ª Fase de Decisão do Supremo Tribunal Federal – Medicina Baseada em Evidências (MBE)	63
1.3 O conceito judicializado de direito à saúde	87
1.4 A interação comparativa entre o conceito de direito à saúde constitucionalizado e o conceito de direito à saúde judicializado: uma tensa e necessária relação	89
2. Reserva do Possível e o Direito à Saúde no Brasil: do Subfinanciamento Crônico ao Desfinanciamento da Política Pública de Saúde	95
2.1 A natureza jurídica da reserva do possível: especulando sobre seu valor normativo	97
2.1.1 A Natureza Jurídica da Reserva do Possível como Cláusula Aberta	98
2.1.2 A Natureza Jurídica da Reserva do Possível como Integradora dos Direitos Fundamentais Prestacionais	100
2.1.3 A Natureza Jurídica da Reserva do Possível como Princípio ...	102
2.2 Do princípio da reserva do possível: as origens germânicas.....	104
2.2.1 O Advento do Princípio da Reserva do Possível no Brasil: a análise doutrinária brasileira.....	107

2.2.2 O Princípio da Reserva do Possível no Supremo Tribunal Federal – uma análise jurisprudencial brasileira.....	117
2.2.3. Sobre o conceito e a natureza jurídica da Reserva do Possível no Supremo Tribunal Federal	123
2.3 A reserva do possível e o direito à saúde no Brasil: um retrocesso sanitário?	125
2.4 O princípio da reserva do possível e o financiamento da política pública de saúde no Brasil: uma análise inovadora no campo jurídico.....	129
2.5 Do subfinanciamento ao desfinanciamento integral do sistema único de saúde: uma análise sobre a emenda constitucional 95/2016, que implantou o teto dos gastos no Brasil	139
3. Mínimo Existencial e Direito à Saúde no Brasil: da Concepção Universal à Concepção Restrita de Saúde Pública	149
3.1 A natureza jurídica do mínimo existencial: especulando sobre seu valor normativo	150
3.1.1 A Natureza Jurídica do Mínimo Existencial como Três Vertentes de um Direito: direito adscrito, direito híbrido e um direito sobre direitos	151
3.1.1.1. Primeira Vertente: o mínimo existencial como um direito adscrito.....	151
3.1.1.2 Segunda Vertente: o mínimo existencial como um direito híbrido.....	152
3.1.1.3 Terceira Vertente: o mínimo existencial c omo um direito sobre direitos.....	153
3.1.2 A Natureza Jurídica do Mínimo Existencial como Regra	154
3.1.3 A Natureza Jurídica do Mínimo Existencial como Princípio ..	155

3.2 A construção do conceito do mínimo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil: o mínimo existencial judicializado	158
3.3 Do princípio do mínimo existencial: a construção do conceito na doutrina jurídica	169
3.4 O mínimo existencial e o direito à saúde no Brasil: afinal, mais um retrocesso sanitário?	184
3.5 Por um direito ao básico social: uma alternativa ao termo “mínimo existencial”	188
3.6 A cobertura universal de saúde (UHC) como exemplo de mínimo existencial sanitário: um desafio para os sistemas universais e para o nosso sistema único de saúde (SUS)	192
3.6.1 Histórico da Proposta de Cobertura Universal de Saúde (UHC): uma ideia dos organismos internacionais	192
3.6.2 O Conceito da Cobertura Universal de Saúde (UHC): um mínimo existencial sanitário	196
4. Alternativas Constitucionais para a Consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil: Afirmando o Direito à Saúde.....	205
4.1 Do conceito do princípio da proibição do retrocesso social	207
4.1.1 O Princípio da Proibição do Retrocesso Social na Alemanha.....	209
4.1.2 O Princípio da Proibição do Retrocesso Social na Itália.....	212
4.1.3 O Princípio da Proibição do Retrocesso Social em Portugal	214
4.2 Surgimento e desenvolvimento do princípio da proibição do retrocesso social no Brasil	217
4.2.1 O Princípio da Proibição do Retrocesso Social na Doutrina Brasileira.....	217

4.2.2 O Princípio da Proibição do Retrocesso Social na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF): origem e desenvolvimento	222
4.3 O princípio da proibição do retrocesso social como instrumento de afirmação do direito constitucional à saúde no Brasil	227
4.4 O direito à saúde como um direito de relevância pública: prioridade na efetivação constitucional do SUS.....	234
4.5 Alternativas jurídico-econômicas ao (SUB) financiamento do sistema único de saúde (SUS) no Brasil: imposto sobre grandes fortunas e auditoria da dívida.....	246
4.5.1 O Imposto sobre Grandes Fortunas como alternativa jurídico-econômica ao desfinanciamento do SUS.....	246
4.5.1.1 Do Imposto sobre Grandes Fortunas: a eterna tentativa de regulamentação.....	247
4.5.1.2 O Imposto sobre Grandes Fortunas no Supremo Tribunal Federal: o caso das Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO 31/2015 e ADO 55/2019	260
4.5.1.3 A relação entre o Imposto sobre as Grandes Fortunas e o Direito à Saúde no Brasil: uma alternativa financeira para o SUS?	264
4.6 A proposta jurídico-econômica da auditoria constitucional da dívida para a consolidação orçamentária do sistema único de saúde.....	268
4.6.1 Da Proposta Jurídico-Econômica da Auditoria da Dívida para a Equalização do Orçamento Sanitário	269
4.6.2 Histórico da Auditoria da Dívida Pública no Brasil	273
4.6.3 A Constitucionalização da Auditoria da Dívida e seus Desdobramentos Pós-Constituição.....	275

4.6.4 A Auditoria da Dívida no Supremo Tribunal Federal: a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 59/2004	278
4.6.5 A Auditoria da Dívida e a Prioridade pelo Orçamento da Saúde: ratificando um direito de relevância pública	280
4.6.6 A Questão Equador: fortalecimento do orçamento da saúde pública por meio da auditoria da dívida	282
4.7 A necessidade de se aplicar a constituição federal: pela concretização das propostas jurídicas para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e ratificação do direito constitucional à saúde no Brasil.....	283
Considerações Finais	287
Referências	299